



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES A RESPEITO DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRO-BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Camila Beatriz Moraes Contrucci de Souza ¹
Luciana Aparecida Farias ²

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi investigar as representações sociais de professores de uma escola pública a respeito das religiões de matriz afro-brasileira e refletir sobre a importância desse tema para a concretização de uma educação que seja antirracista. A pesquisa teve caráter qualitativo na forma de um estudo de caso utilizando dois instrumentos de coleta de dados, um questionário estruturado aberto com evocação livre de palavras e o diário de campo da observação participante. Apoiando-se no referencial teórico da Teoria das Representações Sociais de Moscovici, a análise dos resultados aponta que, apesar das representações associadas a sentimentos positivos em relação às questões étnico-raciais, há uma relutância em se discutir o tema quando este inclui a questão religiosa, não permitindo a compreensão dessas religiões na diáspora como símbolos de resistência cultural e reconstituição familiar, bem como expressão cultural nos dias atuais.

Palavras-chave: Religiões afro-brasileiras; Candomblé; Umbanda; Representações sociais.

INTRODUÇÃO

Após a diáspora de africanos que foram trazidos às Américas na condição de escravizados vale ressaltar que foram várias as tentativas de desapropriação dos direitos humanos e da identidade negra ao longo da história do Brasil. No período escravagista houve esforço para tentar remover toda e qualquer identidade e subjetividade negra, ou seja, religião, família, língua, cultura, costumes e tradições (FOLLMAN, 2012). Segundo Follman (2012, p. 86) todos esses processos de alienação e tentativa de esquecimento pelos quais os africanos passaram, geraram resistências inteligentes e muito consistentes.

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, contrucci@live.com;

² Professora orientadora: Doutora, Departamento de Ciências Exatas e da Terra - Unifesp, luciana.farias@unifesp.br.



Uma importante forma de resistência adotada em nosso país foi à religiosa por meio do sincretismo religioso (FARIAS, 2019). As religiões africanas não puderam se reproduzir em solo brasileiro de forma igual ao país de origem, primeiro porque o “catolicismo era a única religião tolerada no país e a fonte básica de legitimidade social” (PRANDI, 2003, p. 16) e também pela contradição na qual se encontrava, uma vez que as religiões eram de grupos étnicos diferentes, como por exemplo bantos, iorubás e fons, entre outros, além do fato de cultuarem os ancestrais e suas linhagens, o que não era possível numa sociedade branca escravagista (PRANDI, 1998).

Todavia, a musicalidade, o canto e a dança utilizam elementos africanos que estão presentes na cultura brasileira e que sobreviveram por meio do sagrado (NEGREIROS, 2017) como por exemplo, o maracatu, o samba, o afoxé, a congada, a capoeira e sem falar no axé que o próprio nome se trata da energia vital, a força sagrada que permite a dinâmica do universo (PRANDI, 2011). A própria música popular brasileira (MPB), com seus grandes nomes Gilberto Gil, Caetano Veloso, Vinicius de Moraes, Maria Bethânia, Gal Costa, entre outros está cheia de referências aos orixás e às religiões afro-brasileiras.

Desse modo, não há como negar que a resistência negra por meio da religiosidade foi notável, uma vez que mesmo apesar do sincretismo, do branqueamento, da alienação, lastros dessa cultura persistem no cotidiano, em diferentes dimensões. Entretanto, assim como a cultura afro está presente nos dias atuais, o racismo, o preconceito e os estereótipos também estão, causando tensões e resistências, como por exemplo, o que ocorre na terceira onda do neopentecostalismo que disseminam que orixás e entidades, principalmente exu e pomba gira, se tratam de demônios que devem ser vencidos (PRANDI, 2003).

Neste contexto, as Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 foram importantes conquistas do movimento negro e incluíram a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio, sendo que este conteúdo deve ser ministrado em todas as áreas do currículo escolar com o objetivo de alcançar uma educação das relações étnico-raciais.

Contudo, o texto Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03 organizado por Gomes (2012) faz um levantamento detalhado sobre as práticas pedagógicas relacionadas à temática. Nesse trabalho um dos pontos realçados foi a resistência de se abordar as religiões afro-



brasileiras como manifestação da cultura africana e afro-brasileira, mostrando que os alunos se sensibilizam sobre a temática do racismo, mas muitas vezes mantém a visão estereotipada da cultura e das religiões afro-brasileiras. Essa falta de conhecimento faz com que algumas escolas não consigam atingir o processo de construção de identidade de seus alunos, tanto dos negros quando dos brancos, uma vez que como já dito anteriormente, a cultura negra é parte significativa da cultura brasileira em si. Quando não fazem pior, como por exemplo agredindo e discriminando alunos que são praticantes do Candomblé e se vestem de branco, conforme reflete Farias (2019).

Cabe destacar que a formação de identidade é construída a partir das relações dialógicas, sendo diretamente dependentes das interações sociais tanto do presente quanto do passado (D'ADESKY, 1997, apud FERREIRA; CAMARGO, 2011). E que dentre essas relações que constroem a identidade, no caso de um grupo, tem-se a representação social que, segundo Moscovici (1961, apud JODELET, 2001, p. 4), “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Em outras palavras, representação social é uma modalidade de conhecimento em que os “indivíduos se apropriam do mundo que os rodeia” (CABECINHAS et al., 2006, p. 69) dando significações socialmente elaboradas e atribuindo valores compartilhados para interpretar a realidade (JODELET, 2001). Neste sentido, é fundamental conhecer quais as representações sociais estão presentes no cotidiano da escola em relação às religiões afro-brasileiras, particularmente na sala de aula.

Sendo que nesse contexto de práticas pedagógicas pouco eficientes e na resistência para não abordar as religiões afro-brasileira, o presente trabalho teve como objetivo investigar as representações sociais de professores de uma escola pública a respeito das religiões de matrizes afro-brasileiras por meio da utilização de um questionário estruturado aberto com evocação livre de palavras e o diário de campo da observação participante, buscando assim compreender e refletir em como essas representações sociais impactavam na qualidade das discussões a respeito das questões étnico-raciais no cotidiano dessa escola.

METODOLOGIA



Devido à complexidade da temática, a pesquisa teve caráter qualitativo na forma de um estudo de caso, utilizando dois instrumentos de coleta de dados, questionário estruturado e diário de campo da observação participante (CRESWELL, 2010).

A técnica utilizada para se investigar as representações sociais foi a evocação livre de palavras que, por sua vez, foi realizada para a Umbanda e para o Candomblé. A técnica consiste no entrevistado escrever as cinco primeiras palavras que viessem a mente ao se pensar no termo indutor. A seguir, o voluntário precisava escrever uma frase com as cinco palavras listadas para que seja possível compreender em que sentido foram pensadas. A análise das representações sociais foi realizada utilizando o método “Nuvem de Palavras” o qual agrupa as evocações e as organiza graficamente em função da sua frequência. Para Camargo & Justo (2013), esta é uma análise lexical mais simples, porém graficamente interessante para determinar as palavras-chaves utilizadas em uma resposta e identificar as representações dadas por um grupo amostral sobre algo. A construção da Nuvem de Palavras contou com auxílio do software online e gratuito chamado wordclouds. À luz do referencial teórico da Teoria das Representações Sociais de Moscovici (MOSCOVICI, 1979; JODELET, 2001).

Para compreender e analisar as representações sociais foi também aplicado um questionário estruturado abordando questões de caracterização do sujeito, questões a respeito da lei 10.639/03, das atividades escolares dos professores participantes, além da técnica de evocação livre de palavras propriamente dita.

O foco de observação se tratou das representações de um grupo de onze professores de diferentes áreas do conhecimento (oito mulheres e dois homens), com idade média de 46 anos de uma escola estadual no distrito do Riacho Grande, município de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo. A média de prática docente dos participantes era de 21 anos, com carga horária de aproximadamente 30 horas naquela escola. Somente 36% dos professores se declararam Negros/Pretos e do total de professores, somente 27% tinha pós-graduação.

Foram três visitas em 2018 com a finalidade de realizar observações e aplicação de questionário com os participantes ao longo das atividades de trabalho pedagógico coletivo.

REFERENCIAL TEÓRICO



A Teoria das Representações Sociais surge com Serge Moscovici que, em seu trabalho, procurou compreender como uma pessoa comum, um leigo, se apropria do conhecimento científico, no caso, as representações sociais que faziam sobre a psicanálise por meio de questionários e matérias de jornais da sociedade francesa (SANTOS; ALMEIDA, 2005; MOSCOVICI, 1979). Dessa forma, Moscovici uniu a sociologia com a psicologia social para compreender o papel do sujeito como produto e produtor da sociedade em que vive (SANTOS; ALMEIDA, 2005).

Toda realidade é uma construção histórica, e uma construção da qual se pode seguir a história. Se há representações encarnadas na nossa realidade e na nossa linguagem, podemos julgar sua verdade histórica. De toda maneira, o construtivismo social, tal como o conceito, não é antinômico ao real nem ao verdadeiro. É um modo ativo de conhecer toda a realidade, porque nós a fizemos e a refizemos, como o artista em sua obra. (MOSCOVICI, 1994, p. 18; apud SANTOS; ALMEIDA, 2005, p. 24).

Sendo assim, as representações sociais são definidas com “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que têm um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (MOSCOVICI, 1961, p. 36; apud JODELET, 2001, p. 4). Nesse sentido, as representações sociais se assemelham ao senso comum, podendo então ser consideradas como “teorias do senso comum” (MAZZOTTI, 1994, p. 61) em que a comunicação é um fator fundamental, uma vez que é por meio dela que há a troca de informações e as relações sociais.

Em sua teoria, Moscovici analisa a incidência da comunicação sobre as representações em três níveis: emergência, formação e dimensões das representações sociais (SANTOS; ALMEIDA, 2005; JODELET, 1989; MOSCOVICI, 1979).

Em relação ao nível das emergências, Moscovici propõe três determinantes, que são os motivos, ou seja, três características da situação social em que se elabora uma representação. A primeira é a pressão à inferência, que se trata da pressão que o indivíduo sente a comunicar, estimar e responder para entrar em consenso com o grupo à qual pertence. O segundo determinante é a focalização, esta representa o modo como o sujeito se relaciona com o fenômeno e este modo depende dos conhecimentos e valores prévios do sujeito, inclui a visão cultural em relação objeto. O terceiro e último determinante é a defasagem e a dispersão de informação que, por sua vez, se trata de como o indivíduo



possui ou não o acesso à informação sobre o objeto, uma vez que o acesso à informação é desigual entre grupos (JODELET, 1989, SANTOS, 1994; SANTOS; ALMEIDA, 2005).

Quanto ao nível da formação das representações sociais, Moscovici propõe dois aspectos fundamentais: objetivação e ancoragem. Objetivação trata-se do abstrato se tornando concreto, de forma que “as ideias construídas em contextos específicos são percebidas como algo palpável, concreto e exterior ao sujeito” (SANTOS, 1994, p. 136). Seria então a objetivação o fenômeno responsável pela forma dos esquemas conceituais, transformando-os em imagem ou em um núcleo figurativo (MAZZOTTI, 1994).

No nível das dimensões das representações sociais estão as condutas que intervêm no sistema de comunicação, como atitude e informação. Segundo Santos e Almeida, há três dimensões das representações, eis que são:

- a) Atitude – expressa uma resposta organizada (complexa) e latente (encoberta). Uma tomada de posição com relação a um objeto. A atitude é ligada à história do indivíduo ou do grupo;
- b) Informação – remete à quantidade e qualidade do conhecimento possuído a respeito do objeto social. Esses dois elementos do conteúdo se estruturam no:
- c) Campo de representação – [...] O campo representacional, assim, é uma estrutura que organiza, estrutura e hierarquiza os elementos da informação apreendida e reelaborada. (SANTOS; ALMEIDA, 2005, p. 30)

Já Jodelet insere a opinião e o estereótipo invés da informação e campo de representação, pois se trata da difusão, propagação e propaganda relacionadas às representações sociais, de forma que “a difusão é relacionada com a formação das opiniões, a propagação com as atitudes e a propaganda com os estereótipos” (JODELET, 1989, p. 12).

Porém, as representações sociais presentes em um determinado grupo nem sempre são conscientes e conhecidas por esse mesmo grupo. Essas representações surgem da análise processos atitudinais conscientes, como análise de questionário e de discurso. Nesse sentido há um problema em analisar as representações de certos temas, uma vez que nem sempre as pessoas expressam com sinceridade tudo o que realmente pensam, como no caso de assuntos que envolvam preconceito ou estereótipos negativos. Essas representações sociais que são compartilhadas em um determinado grupo, mas que são omitidas em entrevistas por causa de normas sociais, se encontram em um espaço chamado zona muda. (MENIN, 2006; SCOZ; MARTINEZ, 2006).



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa elaborada por meio de questionário na escola apresentou maior quantidade de palavras em relação ao Candomblé (com total de 53) do que em relação à Umbanda (com o total de 48). As nuvens de palavras criadas em relação ao Candomblé e em relação à Umbanda se encontram na figura 1.

Figura 1: Nuvens de palavras formada com a evocação livre de palavras



Fonte: autoria própria.

Com os resultados obtidos foi possível observar que a palavra religião foi a mais evocada para o Candomblé, seguida de musicalidade, respeito e vestimentas, enquanto na Umbanda a palavra religião dividiu a liderança com santo, e foram seguidas de amor e respeito. É necessário destacar também que as palavras África, sacrifício e orixás que apareceram exclusivamente na evocação relacionada ao Candomblé, assim como Bahia, passes, incorporação e santo apareceram exclusivamente na evocação relacionada à Umbanda.

Com a pressão da Lei 10.639/03 sobre as escolas, pressionou-se pelo discurso de multiplicidade e diversidade, influenciando “a natureza dos julgamentos, preparando, por



vezes, respostas pré-fabricadas e forçando um consenso de opinião para garantir a comunicação e assegurar a validade de representação” (SANTOS; ALMEIDA, 2005, p. 28). Contudo o discurso na maioria das vezes não se materializa na práxis, conforme foi possível observar na escola participante. Mesmo com respostas aparentemente positivas, foi constatar durante as observações que existiam preconceitos velados, como por exemplo, a resistência da abordagem das questões religiosas como manifestação importante da cultura de matriz africana.

Apesar das religiões serem associadas pelos professores a sentimentos positivos como respeito, amor, alegria e paz, porém não eram abordadas ao longo do ano, uma vez que as respostas dos questionários traziam que a temática de africana e afro-brasileira era tratada, de uma forma geral, somente semana da consciência negra, para discutir discriminação racial.

Os principais fatores apontados por alguns professores para a resistência em tratar os temas racismo, preconceito e religiões de matriz afro-brasileira foram: a) pela necessidade de ter cuidado com a maioria evangélica ao abordar o tema na escola; b) pela crença de que todos eram iguais e abordar essa temática traria conflito e diferenças entre os alunos e, c) devido ao fato de que, na escola, os alunos pertenciam em sua maioria a dois grandes grupos religiosos, evangélicos e candomblecistas, sendo que os alunos adeptos do Candomblé ou de qualquer outra religião de matriz afro-brasileira não assumiam, em sala, sua religião, para não serem motivos de “chacota”. Então abordar questões religiosas dessa matriz criaria conflitos, tanto entre os alunos como com os pais.

A dificuldade da relação de ambas as religiões na escola ficou bastante clara no relato de uma professora a seguir:

Professora 3: Eu sou adepta do Candomblé, né, e já sofri preconceito de aluno que uma vez que descobriu, veio até mim e disse - Você é macumbeira, né? Eu não quero uma professora macumbeira.

Foi possível constatar também a necessidade da formação continuada dos professores em relação à cultura e história africana, por meio de cursos que proponham a visão de afrocentricidade para que possa ser ensinado como a África é diversa e relevante na história da humanidade, principalmente, na do Brasil. Sobre este ponto, apenas uma professora do grupo de onze professores, havia realizado formação continuada nessa temática.



Com a pressão exercida para a aplicação da lei 10.639/03, aliado ao fato que possivelmente irão abordar por meio dos valores dominantes católicos e defasagem referente à falta de formação na temática, entende-se os motivos que geram as representações figurativas mencionadas sobre o Candomblé e sobre a Umbanda, em que o Candomblé é mais voltado ao culto, mantendo uma imagem clara de um espaço religioso ritualístico com pessoas de vestimentas brancas e a Umbanda mais voltada a uma questão afetiva e religiosa, o que transpareceu nas respostas foi que a Umbanda era mais “aceitável” que o Candomblé, por questões de proximidade com o que já é conhecido (catolicismo e espiritismo).

Neste sentido, é importante destacar que há dois aspectos fundamentais na formação das representações sociais: objetivação e ancoragem. A objetivação se trata da forma como o abstrato se torna concreto, com ideias palpáveis e a ancoragem da forma que significados e valores são atribuídos ao objeto (SANTOS; ALMEIDA, 2005).

Na objetivação em relação ao Candomblé teve-se a criação do núcleo figurativo de um culto com pessoas de vestimentas brancas realizando oferendas e sacrifícios para os orixás e em que a dança e a música se fazem com forte presença. A ancoragem das representações do Candomblé representa um espaço relacionado com emoções que busquem a transcendência do espírito, como amor, alegria, paz e respeito, uma vez que é um ambiente de união e retomada de cultura ancestral. Já na objetivação da Umbanda criou-se o núcleo figurativo de um culto muito semelhante ao espírita, com incorporação e passes, mas em que as pessoas de vestimentas brancas realizam oferendas aos santos, enquanto há dança e música como uma festa. Aqui, na ancoragem das representações da Umbanda foi tratada como um espaço, brasileiro, relacionado à Bahia e de pouca ancestralidade, trata-se de um espaço de amor, paz, respeito e alegria para seus participantes. Evidenciou-se, portanto, um conhecimento baseado em senso comum em relação às duas religiões.

O aparente conflito que se estabeleceu entre as respostas do questionário e o discurso adotado durante a observação participante é previsto no espaço da zona muda das representações, uma vez que a zona muda consiste justamente nas representações sociais de difícil acesso devido à pressão normativa da sociedade exercida sobre o sujeito fazendo com que nem sempre o indivíduo responda ou até mesmo verbalize o que realmente pensa (SCOZ; MARTINEZ, 2009). Para este trabalho não foi possível aplicar



as técnicas específicas de estudo da zona muda como a de substituição e nem a de descontextualização normativa, o que poderia explicar a divergência entre o questionário e as observações decampo e prática diária da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das representações sociais serem difíceis de mudar, Moscovici deixa claro que, mesmo assim a mudança é possível por meio de processos comunicativos, nos quais as novas representações se constroem, enquanto outras se modificam (MOSCOVICI, 1979).

Neste sentido, é fundamental lembrar que para uma educação verdadeiramente antirracista se concretize, não basta apenas abordar história afro-brasileira na semana da Consciência Negra. É preciso discutir racismo estrutural e, conseqüentemente, privilégios no dia a dia do cotidiano escolar, incluindo a ressignificação de estereótipos marginalizantes em relação às religiões afro-brasileiras. E para tanto, há a necessidade de se investir na formação professores muito mais preparados para abordarem a educação para as relações étnico-raciais no dia a dia vivido no ambiente escolar.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos participantes e à escola que nos recebeu.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm> Acesso em: 08 ago. 2020.

CABECINHAS, R.; LIMA, M.; CHAVES, A. Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polêmica nas representações sociais da história. In: MIRANDA, J. & JOÃO, M. I. Identidades Nacionais em Debate. Oeiras: **Editora Celta**, 2006.



CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CRESWELL, J. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: **Artmed**. 2010.

FARIAS, L.A. Contribuições para uma educação não violenta. Curitiba: **CRV**, 2019.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicol. cienc. prof.**, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011.

FOLLMAN, J. I. Processos de identidade versus processos de alienação: algumas interrogações. **Identidade!**, v. 17, n.1, p. 83-90, 2012.

GOMES, N. L. (org.). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. 1ªed. Brasília: **MEC**. Unesco, 2012.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. Rio de Janeiro: **UERJ**, 2001.

MAZZOTTI, A. J. A. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. **Em Aberto**, ano 14, n. 61, p. 60-78, jan./mar. 1994.

MENIN, M. S. S. Representação Social e Estereótipo: A Zona Muda das Representações Sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 1, p. 43-52. 2006.

MOSCOVICI, S. El psicoanálisis, su imagen y su público. Buenos Aires: **Editorial Huemul**, 1979.

NEGREIROS, R. C. A. O maracatu nação e sua relação com as religiões afrobrasileiras. **Diversidade Religiosa**, v. 7, n. 1, p. 163-185, 2017.

PRANDI, R. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**, ano 4, n. 8, p. 151-167, 1998.

PRANDI, R. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. **Civitas**, v. 3, n.1, 2003.

PRANDI, R. Sincretismo afro-brasileiro, politeísmo e questões afins. **Debates do NER**, ano 12, n. 19 p. 11-28, 2011.

PRANDI, R. Axé, corpo e almas: concepção de saúde e doença segundo o candomblé. In: BLOISE, Paulo (org.). Saúde integral: a medicina do corpo, da mente e o papel da espiritualidade. São Paulo: **Editora Senac**, 2011.

SANTOS, M. F. S. Representação social e a relação indivíduo-sociedade. **Temas de Psicologia**, n. 3, p. 133-144, 1994.



SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. Diálogos com a teoria da representação social.
Recife: **Ed. Universitária UFPE**, 2005.

SCOZ, B. J. L.; MARTINEZ, A. M. A zona muda das representações sociais: uma aproximação a partir do jogo de areia. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**, v. 43, n. 3, p. 432-441, 2009.